

Este é o momento para se discutir o sistema financeiro

05 JAN 1990

José Carlos Jacintho de Campos

O Brasil tem novo presidente. Esperanças de resgate da economia brasileira renovam-se integralmente. O discurso do candidato caracterizou-se pela defesa do regime da livre iniciativa; o tom do presidente eleito reitera esse princípio. O matiz de centro-esquerda confere maior legitimidade às linhas mestras do seu pensamento político e econômico. Afinal, é no regime liberal que o cidadão tem atingido os seus objetivos maiores de afirmação e realização pessoal. A liberdade econômica, onde é praticada, tem tornado realidade o bem-estar social, meta defendida com ardor pelo presidente que entra.

Há muita expectativa, toda ela otimista, de que o discurso do candidato e o pensamento do eleito sejam acompanhados de iniciativas e atitudes fundamentadas no sistema econômico que tem apresentado os melhores resultados e maiores conquistas sociais: o sistema de mercado. A história econômica e social dos povos e nações está para comprovar essa liderança do mercado. Melhor dizendo, a soberania do indivíduo. Ou, ainda, a soberania da própria sociedade, resultante da somatória das soberanias de cada cidadão.

Nesse momento crítico da economia brasileira, em que a nave brasileira se debate nas águas revoltas do cabo das Tormentas, mas para cuja travessia o novo presidente vem estudando e definindo um programa de ação, o qual deve contar com o apoio de toda a sociedade, nesse momento crítico, repetimos, cabe ponderar o Sistema Financeiro Nacional, o que é hoje e como será amanhã, sob o novo governo, sob a prevalência de uma economia liberal.

Em 1970, 178 instituições bancárias atendiam à demanda de serviços financeiros por meio de 7.861 agências. A participação dos bancos privados nacionais atingia 79,8% e 71,5% do total de sedes e agências respectivamente. Os bancos oficiais apresentavam, na ordem, 15,7% e 28,0%.

Decorridos quase 20 anos, em 1987, essas taxas se alteraram profundamente denotando uma evolução diferenciada entre bancos da rede privada nacional e da rede pública. Enquanto os bancos privados mostram um declínio para 54,4% nos dois parâmetros focalizados, os bancos públicos demonstram um crescimento incomum passando a 28,2% e 45,1%.

Se fossem consideradas as agências das caixas econômicas, federal e estaduais, a posição majoritária da rede privada teria dado a vez à rede pública, em número de agências.

Qual o significado desses números? Quanto ao número de sedes, pode-se afirmar que o processo autófágico disparado pelas autoridades monetárias durante as décadas de 60 e 70 apresentou relativo e infeliz sucesso, possibilitando maior concentração no sistema bancário nacional, em detrimento, principalmente, das instituições de menor porte, absorvidas

por grandes conglomerados, sem alcançar, todavia, a necessária competitividade, geratriz de insumos financeiros mais baratos e qualificados.

Provado o gosto amargo da concentração que leva, em última instância, ao monopólio estatal que emana a favorece o esforço da sociedade em busca de um ambiente propício ao desenvolvimento econômico e social, resta analisar a maior participação dos bancos públicos no total de agências. O crescimento tanto nos bancos federais, 263,8%, quanto nos estaduais, 138,3%, mostrou-se bem superior ao incremento dos privados nacionais, 36,2%. Sem dúvida, a própria natureza social dos bancos oficiais implica aumento de agências para atender ao objetivo de oferecer serviços financeiros a municípios desassistidos. Informações veiculadas pelo próprio Banco Central, porém, não afiam totalmente com essa premissa, porquanto o número de municípios sem atendimento cresceu de cerca de 3 para 25% nos últimos anos. De 1970 a 1988, no topo dos empréstimos, os bancos públicos — incluindo o Banco do Brasil — vieram diminuída a sua fatia de 59 para 53,8%.

Sem o Banco do Brasil a comparação toma aspectos preocupantes: de 20,5% a participação dos demais bancos oficiais caiu para 12,0%. Embora preocupantes, tais dados sugerem que as instituições financeiras privadas vêm lutando bravamente para não só manter o nível de participação como também, objetivo maior, cada vez mais consolidar o único instituto capaz de colocar o País na trilha dos países mais desenvolvidos: o instituto da iniciativa privada.

Para um maior número de agências e um importante incremento de sua parte desse universo, as instituições financeiras públicas não apresentaram um aumento correspondente nas operações de crédito.

Por que, então, o aumento do número de portas abertas?

A análise profunda e bem cuidada da questão é o que se exige. Numa hora em que as sociedades mais desenvolvidas buscam a solução dos problemas econômicos por meio de políticas cada vez mais liberais, quando mesmo os objetivos de redenção das cidades mais sofridas têm nos instrumentos que privilegiam a iniciativa privada as possibilidades mais concretas, e, fato importante, os governos que estatizaram o setor financeiro vêm percorrendo o caminho de volta, reconhecendo o equívoco cometido, é, pois, numa hora como essa, que o Congresso e o Poder Executivo não podem posicionar-se contrariamente aos bons ventos modernistas e realistas que sopram além-fronteiras.

Pelas Resoluções nºs 1.524 e 1.649, o Banco Central do Brasil encaminhou o mercado para uma fase de profundas modificações. Cabe ao Congresso Nacional e ao novo chefe da Nação relevante missão, qual seja, a de colocar o setor financeiro nacional em pé de igualdade com o sistema adotado em outros países, dotando-o de transparentes e coerentes fundamentos a fim de que os serviços financeiros ofertados à sociedade tenham cada vez maior qualidade.

Sob essa ótica pode-se asseverar que a responsabilidade dos congressistas e do novo governo transcende o

cenário de lutas partidárias, regionais ou ideológicas.

Estando o futuro da sociedade brasileira em jogo, o discernimento e despreendimento dos membros do Congresso e do presidente eleito saberão conduzir a solução para o que de melhor o País precisa e espera.

Cresce a expectativa, então, dada a plataforma do candidato vitorioso, elaborada segundo o que dispõe o inciso IV do artigo 1º da Constituição, de que as soluções contemplarão a iniciativa privada como o fundamento básico do sistema financeiro, concedendo ao segmento público a importante tarefa de regularização de algumas específicas demandas sociais mas, tolhendo de forma significativa e patriótica a atividade

tentacular que asfixia a própria economia.

País jovem, ansioso por oportunidades que propiciem e solidifiquem um futuro de maior afluência social, o Brasil não fechará os olhos às lições ministradas por sociedades que temperaram o conhecimento em experiências políticas e econômicas de toda sorte. Embora não deva o Brasil submeter-se por inteiro a modelos externos, o aprendizado e o aperfeiçoamento das atitudes, porém, não podem negligenciar a experiência de outros povos.

José Carlos Jacintho de Campos é presidente da ABBC — Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos e diretor de desenvolvimento operacional do Banco Bozano Simonsen S.A.